

O MACHO PERFORMÁTICO: A DITADURA E A HOMOSSOCIABILIDADE EM “SARGENTO GARCIA”, DE CAIO FERNANDO ABREU

THE PERFORMATIVE *MACHO*: DICTATORSHIP AND HOMOSOCIABILITY IN
“SARGENTO GARCIA”, BY CAIO FERNANDO ABREU

Andre De Oliveira Nascimento²⁷

RESUMO: Este ensaio analisa como o conto “Sargento Garcia”, de Caio Fernando Abreu (1982), utiliza o ciclo homosocial masculino como estratégia para que encontros não-heterossexuais fossem possibilitados durante a Repressão de Estado de 1964 a 1985. No texto, somos apresentados a um aparato repressor que interditava a diversidade sexual. Apesar desse rígido controle, argumento que a não-heterossexualidade, no texto, subverte a opressão machista, tendo a homosociabilidade como método de aproximação erótica entre homens. Utilizando o conceito de Sedgwick (1985) que apreende a homossexualidade como um *continuum* da homosociabilidade masculina, proponho que o texto desconstrói essa separação binário que separa simbolicamente o *macho* da *bicha*, projetando uma diversidade na identidade sexual num Brasil baixo o controle cívico-militar.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura; Não-heterossexualidade; Ficção; Literatura Brasileira.

ABSTRACT: This essay examines how “Sargento Garcia”, by Caio Fernando Abreu (1982), makes use of the male homosocial cycle as a strategy so that non-heterosexual encounters could take place under the 1964-1985 State Repression. In the short story, we are presented to a repressive social machinery that interdicted sexual diversity. In spite of this strict control, I argue that non-heterosexuality, in the text, subverts the chauvinist oppression since homosociability is the method used for male proximity. Utilizing Sedgwick’s (1985) concept that understands homosexuality as a continuum of male homosociability, I contend that the text deconstructs the binary that separates symbolically the *macho* and the *fag*, projecting diversity in the sexual identity realm in Brazil under the civic-military rule.

KEYWORDS: Dictatorship; No-heterosexuality; Fiction; Brazilian Literature.

²⁷ Mestre em Estudos Latino-Americanos pela University of New Mexico. E-mail: nascimentoa@unm.edu

1. INTRODUÇÃO

Durante o Brasil de 1964-1985, a não-heterossexualidade era especificamente perseguida por constituir uma ameaça moral à forma em que se projetava o país baixo a máquina cívico-militar. Muito embora a repressão sexual não ter sido inventada pela ditadura, é possível afirmar que essa estrutura de governo reforçou e instituiu preconceitos existentes por reforçar a uma característica conservadora brasileira, especialmente “no campo dos costumes e da sexualidade” (QUINALHA, 2015, p. 247). Isto é dizer que o período acarretou um terrorismo de Estado também para as minorias sexuais por divergirem dessa agenda moral idealizada.

O direito ao prazer e ao corpo (PERLONGHER, 1987) eram impossibilitados, dado em vista que os não-heterossexuais eram coibidos de se expressarem afetivamente em vias públicas, enquanto seus espaços de resistência sofriam incursões pelas polícias do exército e militar. Na condição de detidos, eram obrigados a limpar delegacias, sofriam abusos psicológicos, físicos e sexuais (FIGARI, 2007). Como consequência desse bloqueio estatal, encontros sexuais entre os homens dentro dos quartéis gerais e/ou *aparelhos de repressão*²⁸ expunham a risco aos que burlassem tal estrutura.

A diversidade sexual era reprimida de forma ostensiva, violando diversos direitos humanos de pessoas LGBTTIQ+, como o direito ao trabalho, agressões, prisões aleatórias, além da nítida exclusão da agenda nacional de direitos civis (QUINALHA, 2015). Apesar dessa estrutura de normas, expressões

²⁸ Essas eram instalações montadas e mantidas pelo Departamento de Operação de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) com a finalidade de se obter informações sobre grupos comunistas que resistiam ao regime. Consequentemente, nessas instalações, ocasionalmente provisórias, diversos tipos de tortura foram perpetradas durante a repressão militar no Brasil de 1964-1985. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/torturas-em-instalacoes-militares/2-uncategorised/626-tortura-em-instalacoes-militares.html> - Acessado em 05 de Maio de 2017.

de resistências no campo da homossexualidade se impunham ainda que houvessem riscos sociais e físicos a esses sujeitos. Com isso, a despeito dos perigos iminentes, alguns sujeitos desafiavam o controle e utilizavam a própria estrutura de repressão como estratégia de subversão a fim de se obter aproximação física e sexual com outros homens. Em outras palavras, lugares de repressão poderiam ser subvertidos em formas de aproximação erótica entre não-heterossexuais através da estratégia homossocial.

Este ensaio analisa como o conto “Sargento Garcia”, de Caio Fernando Abreu (1982), utiliza o ciclo homossocial masculino como estratégia para que encontros não-heterossexuais fossem possibilitados em tempos de repressão entre 1964-1985. No texto, somos apresentados a um aparato repressor que interditava a diversidade sexual. Apesar desse rígido controle, argumento que a diversidade sexual, no texto, subverte a opressão machista, tendo a homossociabilidade como método de aproximação erótica entre homens. Utilizando o conceito de Sedgwick (1985) que apreende a homossexualidade como um *continuum* da homossociabilidade masculina, proponho que o texto desconstrói essa separação binário que separa simbolicamente o *macho* da *bicha*, projetando uma diversidade na identidade sexual num Brasil que ainda estava sob o controle da ditadura civil-militar.

É oportuno citar que este trabalho não pretende classificar ou dividir em binários a orientação sexual das personagens, mas discutir como a personagem de Garcia ludibriava a repressão sexual durante o regime militar. O conto intervém literariamente como uma insubordinação ao regime autoritário que não abria espaço para a democracia eleitoral e nem para a dos desejos.

2. PANORAMA HISTÓRICO DA REPRESSÃO CONTRA PESSOAS LGBTTIQ+ NA DITADURA

Durante a ditadura cívico-militar, houve grande perseguição especialmente contra travestis e michês que ocupavam praças públicas das cidades. Com a falta da carteira de trabalho comprovando vínculo empregatício, el@s eram presos acusados de vadiagem ou perturbação da ordem pública (FIGARI, 2001), gerando, então, práticas de opressão que privilegiavam, em muitos casos, não-heterossexuais como alvo da violência de Estado.

Premente situar que expressões artísticas também sofriam fortes repressões, justamente, por serem espaços com grande resistência política e moral contra os valores impostos pelo regime militar. Escritores como Cassandra Rios, Caio Fernando Abreu e o cantor Ney Matogrosso foram alvos de censura por questionarem os papéis de gênero dentro do contexto brasileiro. Todavia, diferente do que se acredita, a institucionalização das formas de repressão sexual também foi investida contra os Ministérios e as Forças Armadas, a fim de que a diversidade sexual também fosse reprimida de dentro dessas instituições. A intenção era extirpar a sexualidades outras do bojo dessas instituições para que uma instituição supostamente “pura” pudesse melhor controlar a sociedade, visto que a homossexualidade também era categorizada entre um dos “inimigos internos” dos valores morais defendidos pelo regime (TREVISAN, 1986). É válido mencionar que a diversidade sexual também era secundarizada e reprimida pelos grupos de resistência ao regime ditatorial, conforme nos relata Herbert Daniel (1984).

Dentro de repartições públicas ou dos sistemas ditos de defesa, ao serem descobertos na condição de não-heterossexuais, quando el@s não eram desligados de suas funções, el@s eram aposentados à força e sem direito de defesa ou recurso legal. Renan Quinalha (2015) nos aponta a tentativa preconceituosa do governo militar de agir em diversas frentes para impedir a temida “disseminação” gay. Quinalha postula que a:

(...) censura à imprensa, ao teatro, as artes e a outras formas de expressão que simbolizavam de forma aberta as sexualidades dissidentes, muitas vezes com o respaldo do sistema de justiça; homofobia e lesbofobia institucionalizadas nos órgãos de repressão e controle (inclusive contra as Forças Armadas, como ainda hoje acontece); expurgos de cargos públicos (como o de 15 diplomatas cassados do Itamaraty em 1969, sendo que sete deles o foram sob a justificativa de “prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa”); difusão, pela imprensa, do preconceito contra os “desvios”, para reforçar a ideia de degeneração dos valores morais e o estereótipo do “inimigo interno” que justificava a repressão e agrava os preconceitos; desarticulação do então nascente movimento LGBT (QUINALHA, 2015, p. 248).

Assim como em “Sargento Garcia” (ABREU, 1982), os que ousavam resistir teriam de fazer uso de estratégias dissidentes de modo a construir uma identidade masculina que não deixasse vestígio de qualquer ligação com traços da homossexualidade. Ou seja, gays, mesmo que não assumidos, não poderiam ser efeminados ou deveriam tentar suprimir trejeitos que os “denunciavam” como homossexuais. Justamente porque a feminilidade ou ligações com o feminino são tidos, na visão hetero-patriarcal, como sinais de fraqueza que fazem os ciclos homosociais reprimirem tais comportamentos (TREVISAN, 1996).

Não obstante essa inóspita repressão originária das Forças Armadas e forças policiais, não era incomum a presença de policiais militares e/ou soldados em festas gays organizadas no subúrbio (FIGARI, 2007). Contudo, a chegada desses agentes públicos era, costumeiramente, marcada por grandes alvoroços pelo constante temor da repressão e nem sempre tod@s @s convidad@s sabiam diferenciar @s que viam para reprimir ou desfrutar com el@s o desejo que lh@s era proibido. Figari (2007) argumenta que se constata um sobressalente aumento na repressão contra pessoas LGTBTTIQ+ no Brasil de 1964-1985. Contudo, homossexuais masculinos encontraram formas de

resistência para subverter essa opressão mesmo de dentro dos centros de controle e vigilância (FOUCAULT, 1977) que violavam seus direitos íntimos de orientação sexual.

Sedgwick (1985) nos esclarece que “em nossas sociedades as relações entre homens tendem a se caracterizar por uma intensa homofobia, isso quer dizer, um medo e ódio da homossexualidade” (p. 1-2). A autora não acredita que a homossexualidade e a homossociabilidade sejam díspares, *ad hoc*, há um ininterrupto *continuum* existente e indissociável entre os dois eixos. Ela entende que há uma conexão potencial entre os dois, porque há um “desejo homosocial masculino” (p. 05) relacionado ao desejo de se estar entre homens (social e/ou sexualmente). O desejo homossexual, por outro lado, também tem em sua raiz o desejo homosocial. Devido aos padrões rígidos da heterossexualidade como regra social, instituições tais como o exército tentam dividir em binários díspares e dissociados o que é intrinsecamente relacionado (TREVISAN, 1996).

3. “SARGENTO GARCIA”

O texto de Caio Fernando Abreu (1982) apresenta a narrativa em primeira pessoa de Hermes, um estudante de pré-vestibular com 17 anos²⁹, que se apresenta mediante o alistamento obrigatório³⁰. O texto narra a experiência e subversão do alistamento obrigatório, em conformidade com a Lei 4.375 ou

²⁹ Oportuno situar que, de acordo com a legislação brasileira, a idade mínima para o consentimento numa relação sexual é 14 anos de idade, caso o ato seja feito com um indivíduo maioridade legal, a saber: 18 anos. Antes disso, havendo consentimento ou não, a prática se categoriza como estupro - <https://tj-ms.jusbrasil.com.br/noticias/1875836/lei-criminalizou-qualquer-ato-sexual-com-menores-de-14-anos>.

³⁰ Segundo a legislação brasileira, até os dias atuais, no ano em que completam 18 anos, todos os nascidos com o sexo masculino devem, obrigatoriamente, se alistar nas Forças Armadas Brasileiras. O não cumprimento com esse dever cívico, acarreta na impossibilidade de obtenção de emprego público, retirada de passaporte ou que o indivíduo tenha a carteira assinada em qualquer emprego formal, além do pagamento de multa. A lei foi promulgada em 17 de Agosto de 1964, ainda no primeiro ano de golpe militar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4375.htm - Acessado em 18 de maio de 2017.

Lei do Serviço Militar, promulgado em 17 de agosto de 1964 pelo governo militar de Castelo Branco, ainda no primeiro ano do golpe instituído.

Hermes é chamado para se apresentar diante do Sargento Garcia, porém trêmulo ainda naquela esfera ríspida, na qual os homens tentavam provar sua virilidade, o jovem, então, é chamado de “delicado” (58) pelo sargento e se sentiu acuado. Ao não ouvir a convocação do sargento, ele vira alvo das ofensas do militar na presença daqueles outros rapazes. O militar, na sequência, chama o adolescente de “idiota” e “molóide” (58). Anteriormente à continuação deste fragmento, o sargento se atreve a perguntar se Hermes tem cera “no rabo” (57), o excesso na zombaria de Garcia demonstra um rompimento ambíguo na suposta distante relação profissional posta entre os dois. O militar remete, aqui, a um espaço físico e/ou sexual (o ânus) velado aos homens que eram impreterivelmente determinados à heterossexualidade naquele espaço. Fazendo uso da ironia, Garcia indica, simbolicamente, que os limites de acesso ao corpo dos machos não eram tão restritos naquele ambiente machista, pelo menos no ponto de vista verbal.

A partir deste momento de coação, temos acesso a um fluxo de pensamento de Hermes, um futuro estudante de filosofia, que passa a examina toda a situação a sei redor naquele instante. Ele nota o sargento olhando para os demais garotos e observa “o saco murcho como se não houvesse nada dentro”, os risos estridentes e as pás dos ventiladores atrapalhando aquele silêncio (57). Neste ponto da narrativa, Hermes se compara a um “filme de mocinho, um segundo antes do tiro” (57), como uma possível prenúnciação (*foreshadowing*) do revés que vivenciaria ou do aparato fálico com o qual teria contato no encontro sexual com o sargento.

Na continuação da cena, somos apresentados a uma série de questionamentos autoritários do sargento para com Hermes que são, aparentemente, vexatórios. Ele é dispensado de servir a instituição militar por

causa de problemas de saúde inventados e respaldados pelo atestado médico falso. Esse documento foi conseguido com o clínico que era amigo de seu pai, conforme ele afirma de si para si (60). O adolescente, ao descer a rua do quartel, se depara com o sargento que o convida a entrar em seu Chevrolet para dá-lo uma carona até a estação do bonde. O jovem recusa, mas com a imponente atitude do militar de abrir a porta e insistir que ele entrasse, Hermes cede e segue com Garcia.

O estudante percebe então que o sargento estava dando em cima dele e que o militar havia feito uso de seu privilégio de comando militar para se aproximar do jovem, numa performance de gênero e masculinidade hegemônica. O sargento rompe novamente com o suposto afastamento profissional que lhe era requerido e pede a Hermes que não o chame mais de sargento, mas que podia chamá-lo simplesmente de Garcia (62). Ele começa, então, a investir em um possível encontro íntimo com o rapaz numa expressão sexual que não conformava com os padrões estabelecidos pela instituição que ele pertencia e representava.

Os dois acabam no quarto número 7 na hospedagem de Isadora, uma mulher transgênero³¹, na primeira experiência homossexual do jovem. O conto tem três personagens centrais que são, notadamente, Hermes, Garcia e Isadora. As três personagens ilustram a complexidade das relações homosociais com a homossexualidade numa perspectiva que rompe o paradigma *macho-bicha* como um binário desconexo e impossível, em particular no ambiente militar. Hermes se apresenta ao quartel, conhece o sargento Garcia e depois encontram Isadora na hospedagem em que o militar e o jovem terão o encontro sexual em

³¹ A meu ver, não há elementos textuais concretos que definam a identidade de gênero da personagem Isadora. Chamo, por conseguinte, Isadora de transgênero, neste ensaio, por considerar o termo como mais abrangente, compreendendo assim as travestis, transgênero, transsexuais e *cross-dressers*. Chamo-a de mulher também, por Isadora, no texto, se identificar no gênero feminino.

seqüências inesperadas e em contextos, nos quais Hermes, não se imaginara com aquele representante do exército.

No texto, o sargento Garcia demonstra, *a priori*, uma performance de masculinidade violenta em seu diálogo com Hermes. Em uma conversa que tem a participação de uma dezena de outros rapazes, também, despidos naquela sala, coagindo ainda mais Hermes. Ao notar Hermes entre os outros garotos, Garcia exerce um interrogatório sobre Hermes; fazendo exatamente 24³² perguntas ao rapaz enquanto o militar exercia a posição de autoridade. Tempo suficiente para que o avaliador fumasse dois cigarros (60) e tentasse estabelecer uma conversa inconveniente para Hermes, no primeiro momento. Esse interrogatório desnecessário, revela uma tentativa de se estabelecer um *interrogatório-encontro*, ou seja, uma estratégia do militar de utilizar de sua posição de comando para se aproximar do estudante.

Nesse diálogo, fica notório esse *interrogatório-encontro*, especialmente, porque ao ser chamado, Hermes precisa dar um passo a frente e se posicionar na frente daqueles outros jovens também nus. Isto é, o jovem e o sargento passam a integrar um ambiente a parte mesmo dentro daquele salão compartilhado. Hermes narra que o sargento “olhou os homens, um por um” (ABREU, 1986, p. 57), isto é, ele e os demais passam a ter seus corpos minunciosamente examinados pelo sargento responsável pela admissão dos novos recrutas. O estudante, acuado, revela que ele “levantou-se e veio vindo na minha direção (...). Num salto, o rebenque enveredou em direção à minha cara, desviou-se a menos de um palmo, zunindo, para estalar com força nas botas” (ABREU, 1986, p. 57).

A ambigüidade nessas cenas iniciais simboliza a utilização do privilégio hierárquico do militar, por parte de Garcia, como estratégia para se aproximar

³² Na cultura popular brasileira o número 24 é atribuído ao animal veado devido ao jogo de azar conhecido habitualmente como “jogo do bicho”. *Veados* (ou *viados*) ou “ele é 24” ou “fez 24” são formas de apontar, com o intuito derrogatório, homossexuais masculinos.

de outros homens. Subvertendo, assim, o controle moralista do regime militar que almejava desvencilhar as relações não-heterossexuais do bojo das relações homosociais militares. Devido à imposição dos papéis de gênero (BUTLER, 2012), a homossexualidade era entendida como uma negação da masculinidade por ser apreendida como indefesa, frágil e relacionada ao feminino – que é visto como menor na visão machista (TREVISAN, 1986; 1996; 2010).

A culpabilização do feminino também fica evidente na parábola refletida por Hermes quando pensa do controle sexual exercido pela Igreja e do padre que fugiu com a filha do barbeiro e ela virou a mula-sem-cabeça (59). Revelando a ressignificação negativa imposta ao feminino pelas instituições de controle (WILLIAMS, 1971) e como os ciclos homosociais são postos como mais importantes que os *heterosociais*.

Por essa razão, mesmo possuindo o desejo homoerótico, Garcia precisava manter aspereza e outros elementos de uma masculinidade performática, mesmo que de forma ilustrativa. O militar agia assim para poder ocupar aquele espaço heterossexista que impossibilitava a existência dos encontros sexuais entre homens dentro daquela estrutura de controle. A personagem do sargento tem uma relevância simbólica e ambígua, por representar, de forma intercambiável, tanto a instituição repressora como o enfrentamento a opressão sexual perpetrada pela instituição militar ao se engajar em encontros íntimos com outros homens.

A dualidade na representação do sargento e a sua estratégia do uso de seu poder hierárquico como forma de aproximação são revelados, quando já no carro, o sargento com ar de satisfação pergunta a Hermes; “ficou com medo de mim?” (ABREU, 1986, p. 62). A intimidação e a demonstração de uma masculinidade violenta eram estratégias de conquista a fim de impressionar um dos rapazes que o interessava. O sargento ao amedrontá-lo, cria uma imagem performática de macho e brinca com a hierarquia de poder que, para

ele, o possibilitaria se aproximar mais intimamente do rapaz.

Por isso, é relevante considerar essa dupla representação da figura do sargento que traduz o seu êxito em representar e subverter o sistema, pois ele conhecia a opressão de dentro. Em sua conversa com Hermes, o militar diz que precisa ser durão porque ele tem de lidar com pessoas ríspidas constantemente no quartel, como ele afirma:

[...]. Passo o dia inteiro naquele quartel, com aquela bagualada mais grossa que dedo destroncado. E com eles a gente tem é que tratar assim mesmo, no braço, trazer ali no cabresto, de rédea curta, senão te montam pelo cangote e a vida vira um inferno. [...]. Do teu tamanho andava por aí meio desnorteado, matando contrabandista na fronteira. O quartel é que me pôs nos eixos, senão tinha virado bandido. A vida me ensinou a ser um cara aberto, admito tudo. Só não agüento comunista. Mas graças a Deus a revolução já deu um jeito nesse putero todo. Aprendi a me virar, seu filósofo. A me defender no braço e no grito. - Jogou fora o cigarro. A voz macia outra vez. - Mas contigo é diferente (ABREU, 1986, p. 63).

Esse trecho demonstra um subterfúgio de como se fugir da opressão *moduladora* (FRYE 1983) imposta pelo regime autoritário. Como membro interno daquele grupo homosocial, o sargento conseguia reverter o controle sexual e se aproximar sexualmente de outros homens que ele percebia como “diferentes” (ABREU, 1986, p. 63). Assim, ele consegue escapar, por conseguinte, dos mecanismos de repressão sexual com sua experiência de ruptura com o impedimento homossexual no ciclo homosocial militar.

Contudo, apesar desse investimento em repressão, os desejos não são interrompidos apesar dos riscos e a figura do sargento, de certo modo, demonstra os dois lados da moeda, a saber: o da repressão e o da subversão. O do controle social e a do desejo homossexual, isto é, subvertendo a vigilância do controle social que deveria estabelecer uma ordem que reprimisse o desejo tido

como divergente do fundamentalismo sexual conservador preconizado pelas Forças Armadas. Essa modulação narrada por Frye (1983) fica evidente quando o sargento diz que o quartel o “colocou nos eixos”, ilustrando o remodelamento e coerção social exercida pela instituição de repressão.

Em consequência disso, essa primeira fase de interação discursiva entre as personagens é marcada pela rigidez e grosseria do sargento como tentativa de provar uma heterossexualidade inquestionável naquele ciclo masculino. Ao encontrar Hermes no caminho, entretanto, a personagem muda o tom de voz e a forma de falar com o jovem, conforme se afere no trecho o estudante percebe que o sargento “não parecia mais um leão, nem general espartano. A voz macia, era um homem comum sentado na direção de seu carro” (ABREU, 1986, p. 62). Representando uma virada da *performatividade* do gênero (BUTLER, 2012) de Garcia, de sorte que ele não mais precisava agir agressivamente como forma estratégica para impressionar o ciclo masculino e, assim, ele poderia agora se aproximar do rapaz.

Hermes fica espantado com a cantada incisiva do militar que sobe a mão sobre sua perna e coloca dentro da calça do jovem. Ao perceber uma situação de investimento sexual, o jovem traz a lume, no diálogo, o seu interesse nas mônadas que são “separadas uma das outras”, “(...) incomunicáveis, entende?” (ABREU, 1986, p. 62). Ao dizer isso, é como se o jovem afirmasse que não vislumbrava uma possível ligação entre o afeto não-heterossexual e as normas masculinas do quartel. Como se fossem espaços que não se interseccionam. Ou seja, para o narrador, que vê com os olhos da sociedade, havia uma nítida ruptura no *continuum* homossocial e homossexual (SEDGWICK, 1985), conforme difundida pelas instituições militares. Essa proposta textual que confunde as balizas entre o ciclo masculino e a homossexualidade permite o texto desarticular a estrutura machista publicitada pelas Forças Armadas. Ou seja, o olhar inocente de Hermes que acreditava na masculinidade hegemônica militar se choca com essas fissuras apresentadas no texto que possibilitam essa

desconstrução da performance de gênero afirmada pelo regime opressor.

A percepção primária de Hermes sobre essa impossibilidade de relação entre o homosocial e homossexual alegoriza uma imagética construída pela instituição que, *a priori*, considera a heterossexualidade como única possibilidade existente no seio do militarismo. Tal posicionamento heterossexista sofre um *queering*, no texto, pelo convite (*homo*)sexual do sargento.

No entanto, essa imagem da heterossexualidade compulsória não é a mesma em que os movimentos LGBTTIQ+ viam em sua totalidade na instituição, evidenciado pela ironia feita por Isadora ao perguntar “o senhor hein, sargento”? (66). Isadora, como uma figura trans, representa, no texto, os movimentos gays que sabiam dos esconderijos em que agentes do militarismo exerciam seus encontros homossexuais no contexto da ditadura (FIGARI, 2007). Textos literários como *Passagem para o próximo sonho* e *Meu corpo daria um romance*, de Herbert Daniel (1982; 1984) e “Marinha Nacional” de Agnaldo Silva (1969) também trazem a discussão casos de diversidade sexual dentro das forças militares.

No excerto em que Hermes é avaliado por Garcia, percebemos a incontinência dos demais rapazes e desrespeito a imposição de algumas das ordens exercidas pelo sargento, representadas nos deboches e quando alguém mata uma mosca enquanto o sargento ainda falava (ABREU, 1986, p. 58). Essa incontinência e desrespeito as regras homosociais do exército alegorizam a incapacidade de controle geral da sociedade por parte da ditadura, de modo que nem mesmo mediante a figura de autoridade, as imposições eram seguidas à risca. Importante ressaltar que essa ruptura a regra demonstra a impossibilidade de se controlar todas as ações mesmo dentro da matriz de repressão, *ad hoc*, o quartel da Força de Defesa. Essa incapacidade de dominação absoluta e as investidas em se ludibriar o governo militar mesmo

com documentos são ilustrados pelo atestado médico que o inabilitava ao serviço militar e pelo registro de emprego também ilegítimo do rapaz (ABREU, 1986, p. 60).

A incapacidade de obtenção de um controle geral e uma fragilidade do sistema autoritarista militar, no conto, são retratados, também, pela forma delapidada em que a instalação do exército se encontra. Como no trecho que descreve o prédio dizendo que “atrás dele, a parede de reboco descascado, a janela pintada de azul-marinho aberta sobre um pátio cheio de cinamomos caiados de branco até a metade do tronco, entre os cheiros das bostas quentes de cavalo” (ABREU, 1986, p. 57). Esse excerto ilustra que mesmo no início do regime militar – a obra possivelmente se passa durante a regência do General Castelo Branco³³ – o sistema não tinha estrutura suficiente que extinguisse toda a forma de resistência que, mesmo em espaços públicos (ALTMAN, 1981; FIGARI, 2007; MANNING, 2009) desafiavam a imposição moralista do governo. É válido notar que o texto de Abreu só pode ser publicado após a 1979, quando a Lei da Anistia foi promulgada e houve um certo afrouxamento no controle artístico e literário no Brasil.

Ao se aproximar novamente de Hermes, o quadro do General Castelo Branco “oscilou” (57) na parede, representando novamente a homosociabilidade como estratégia de subversão do controle sexual que abalavam simbolicamente o regime. Essa dissidência desafia o poder hegemônico opressor no bojo de seu controle, desequilibrando a estrutura fiscalizadora que impede a aproximação dos corpos masculinos para que possam livremente demonstrar o desejo sexual entre si. Enquanto os dois ainda estavam entre os limites do quartel, se percebe o uso desse privilégio

³³ Humberto de Alencar Castelo Branco foi o primeiro comandante militar a ocupar, ilegitimamente, a cadeira da Presidência da República após ao golpe de estado estabelecido em 1964. O golpe seria apenas o primeiro de uma sequência de golpes a constituição e ao progresso obtido no Brasil até aquele momento. O líder faleceu tragicamente em um acidente de avião em 1967 e sucedido pelo General Costa e Silva.

hierárquico quando o sargento faz duas aproximações pessoais simbólicas para com Hermes, a saber: uma aproximação (1) física e (2) pessoal. A aproximação física fica evidente quando o agente do exército se aproxima corporalmente do jovem – “O mamilo do peito saliente roçou meu ombro. Voltei a estremecer” (ABREU, 1986, p. 58). O sargento então rompe, mesmo que moderadamente, o espaço de afastamento físico esperado entre os homens naquele ciclo masculino que rechaçava a possibilidade do contato físico afetivo entre iguais.

A segunda aproximação é concernente as questões particulares do possível novo recruta da instituição. O militar faz diversas perguntas ao jovem e intencionava estabelecer um diálogo em que ele descobrisse aspectos pessoais e familiares, tais como se Hermes era “arrimo de família” (ABREU, 1986, p. 60), que curso pretendia fazer na universidade, se trabalhava e com o que trabalhava. Ao estabelecer essa relação pessoal com o estudante, o sargento rompe mais uma vez com o afastamento de um espaço simbólico profissional que deveria ser mantido entre aqueles dois homens. Nesse distanciamento, ambos deveriam ater-se a questionamentos estritamente profissionais e concernentes ao processo de admissão militar.

O trecho em que Garcia pergunta para Hermes se ele é um moço de família, ilustra uma ambiguidade e tentativa de subversão de outra instituição que supostamente resistia a homossexualidade naquele contexto histórico-social. Como aqui apresentado, a proteção da família tradicional brasileira era um dos pilares do golpe militar de 1964 que visava proteger o país do “inimigo interno”, ou seja, das ameaças políticas e morais que contradiziam as agendas opressoras do exército (QUINALHA, 2015).

Portanto, ao saber que Hermes era um dos membros da classe média e da família tradicional brasileira e, ainda assim, optar por investir em um encontro sexual com o rapaz – o sargento subvertia novamente as doutrinas do exército. Então ao transar com Hermes, o sargento desempenha dois *queerings*

de duas instituições bases durante a ditadura cívico-militar no Brasil, a saber: ele subverte as normas das Forças Armadas e da família tradicional, notadamente heterossexista.

O *queering* para com a própria instituição militar está representado no investimento homoerótico do sargento que ameaça a família tradicional brasileira com a não-heterossexualidade. E o segundo *queering* é que ao introduzir o sexo entre homens a esse membro da família tradicional a família heteronormativa é subvertida homossexualmente pela instituição que alegadamente interditaria essa sexualidade não-conformante com as imposições morais. Percebe-se essa articulação da possibilidade da extensão do *continuum* homosocial e homossexual quando Hermes, numa amálgama de medo e fascinação, reza a oração do Pai Nosso para o sargento, de si para si (ABREU, 1986, p. 57). Hermes, neste trecho, relaciona elementos santos (a religião) e o “profano” (o desejo por Garcia) na oração feita para o sargento pelo jovem. O estudante, aqui, apresenta o *queering* da religião devido a essa associação que não era permitida pela estrutura religiosa.

É oportuno mencionar o papel em que os setores conservadores da igreja católica tiveram durante as marchas que antecederam o golpe, reivindicando pela necessidade de preservação dos valores tradicionais da família, como na notória “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em 1964. Ou seja, a fé cristã-protestante que era constantemente posicionada como uma das características mais marcantes da família tradicional brasileira, sofre uma incursão da homossexualidade através daquele espaço regido de homens para homens. Notadamente, esse tripé formado pelo militarismo, religião e a família tradicional heterossexual coagiam a possibilidade da homossexualidade na sociedade brasileira, reforçando, então, a necessidade de estratégias de vivência do homoerotismo nessa era de supressão dos desejos. Esse tripé revela a tentativa hegemônica das instituições em perpetrar agenda do heterossexualismo compulsório através das práticas sociais (WILLIAMS, 1971)

que estabeleciam o binário de normal-natural (o heterossexual) *versus* o anormal-aberração (o homossexual). Todavia, conforme demonstrado no texto, não-heterossexuais encontravam diversas formas de desafiar esse controle que impossibilitava a expressão de seu sexo entre iguais.

O rompimento do binário que intenta separar o homosocial do homossexual também é representado quando Hermes e Garcia entram no quarto número 7 da hospedagem de encontros furtivos para pessoas LGBTIQ. É possível se aludir o número com a data representativa da independência brasileira, aquele quarto que era um “lugar que a gente pode ficar mais à vontade, sabe como é [sic]. Ninguém incomoda” (64), segundo o sargento. Ou seja, era como se houvesse também uma independência dos desejos dos controles impostos pelas fiscalizações sexuais existentes no período militar dentro daquele restrito espaço privado (TREVISAN, 2006; MANNING, 2009).

A representação fronteiriça que aproxima os elementos simbólicos da instituição militar e do carnaval como uma representação cultural identificada como locais públicos nos quais gays eram permitidos transitarem é alegorizado no texto (GREEN, 1999; TREVISAN, 1986). Na cena em que os três entram no quarto número 7, Hermes descreve que “Ela rodou a chave nas mãos e, por um instante, pensei numa baliza na frente de um desfile de Sete de Setembro, jogando para o alto o bastão cheio de fitas coloridas” (66). A porta foi aberta por Isadora, personagem que representa uma categoria de pessoas com identidades de gênero outras que foram brutalmente perseguidas durante a ditadura.

A entrada no quarto número 7 é retratada como um entre-lugar paradoxical do carnaval e dos desfiles do poderio militar que demonstram uma relação da política com as noções de sexualidade e/ou independência. O desfile militar da independência (sete de setembro), na cena, põe em paralelo a independência obtida que pôs fim ao controle português com a liberdade desejada contra aquela máquina repressora para com a diversidade sexual.

Na cena, no entanto, a comparação com o carnaval alude a temporária liberdade de expressão sexual sobreposta na sociedade brasileira durante a festa popular. A narrativa da cena estabelece uma justaposição a pequena liberdade sexual e social durante a tradição popular com os símbolos pátrios de louvor a soberania nacional. Essa passagem infere de forma conflitiva o carnaval como uma possibilidade de conquista de direitos civis para pessoas LGBTTIQ+, isto é, a soberania do desejo gay associada a repressão sexual do governo militar que cerceava os direitos de existência *queer* durante os anos em que a ditadura cívico-militar regeu o país.

Premente situar que a retratação do baluarte que se torna em fitas coloridas como no carnaval como elementos que representam a culminação do rompimento entre a divisória da homosocialidade e a homossexualidade estabelecidas pelos mecanismos de repressão da ditadura. Ou seja, naquela marcha para o quarto 7, não se separa o macho, do *curioso* ou a trans – esse é o ciclo homosocial –, em vez de heterossexista (SEDGWICK, 1985), se impõe como desafiante a opressão e aos binários impostos pelo tripé social aqui debatidos. E, por isso, essa cena ilustra a abertura de outras portas da sexualidade e da identidade de gênero impedidas de existirem naquela estrutura social no Brasil. Essa metamorfose dos elementos militares e gays também aludem a libido homossexual que também estava claramente expressa dentro da própria instituição de repressão, conforme apresentado em “Sargento Garcia”, de Caio Fernando Abreu (1982). Apesar do aparente controle e impedimento da homossexualidade na sociedade brasileira (FIGARI, 2007), representado pelo início da interação entre Garcia e Hermes e pelo baluarte, a existência *queer* vem desafiado a constante tentativa de invisibilidade e encarceramento do desejo não-heterossexual na sociedade brasileira.

Por fim, após o ato sexual Hermes sai da hospedagem e observa a rua pensando que “vai chover amanhã, pensei, vai cair tanta e tanta chuva que será como se a cidade toda tomasse banho. As sarjetas, os bueiros, levariam para o

rio todo o pó, toda a lama, toda a merda de todas as ruas” (ABREU, 1986, p. 69). Essa cena metaforiza o *leitmotif* de rompimento da barricada entre homosocial e o homossexual, isto é, uma junção da mesma água da chuva com a água do rio e dos esgotos, como se elas fossem um *continuum* a ser unificado novamente por uma ação mais forte. Mais forte do que a repressão, no texto de Abreu (1982), é o desejo que arrasta para perto o não-heterossexual do homosocial, mesmo em ambientes que tendem a trazer ruptura nessa relação indissociável (SEGDWICK, 1985). E que o sujo, isto é, o abjeto (COVINO, 2004) simbolizado pela homossexualidade urbana pudesse romper com outros espaços não permitidos e transitar por entre o rio e o esgoto. Em outras palavras, o texto de Caio aponta o abjeto não-heterossexual que é indivisível do aceitável heterossexual, o texto rompe os binários que tenta separar os espaços permitidos a bicha e ao macho.

4. CONCLUSÃO

Conforme aqui discutido, a não-heterossexualidade sofreu (e ainda sofre) investidas de apagamento e confinamento que além de limitar esse desejo a esconderijos, pretendia punir aqueles que ousavam nomear o seu desejo divergente da norma imposta. No entanto, muitas pessoas com o desejo não-heterossexual recusaram o lugar dado de vítima ou inferior fixados pela sociedade conservadora brasileira piorada nos anos em que a democracia foi cerceada, reiteradamente durante os anos 1964-1985 no Brasil. Não apenas a democracia política sofreu, mas a democracia dos desejos e dos direitos dos diversos modos de ser existente na sociedade brasileira, notadamente neste vergonhoso período da história nacional (GREEN, 1999; QUINALHA, 2015; TREVISAN, 1986;).

Este ensaio salienta a importância de trazer à tona os múltiplos enfrentamentos em que pessoas LGBTTIQ+ tiveram durante a ditadura militar

para terem seus direitos de vivenciar suas orientações sexuais ou identidades de gênero. Contudo, a despeito do constante sufocamento de suas sexualidades e identidades de gênero, el@s encontraram formas de subverter o controle e lutar pelo direito de ser. Lutaram pelo direito de nomear seus modos de ser *diferente*. O texto literário de Caio Fernando Abreu (1982) também foi uma ferramenta em si de enfrentamento por desmontar elementos do machismo que rechaçava a homossexualidade a esse desejo sexual *Outro*.

A literatura que retratava os homossexuais apesar de toda a tentativa de encobrimento da existência desses corpos resistentes, também era um artefato político e ideológico, transformando a experiência pessoal e sexual em fórum político e discursivo de enfrentamento social e luta por visibilidade (MANNING, 2009). Para que tod@s tivessem os direitos civis, direito ao trabalho, direitos sociais, sexuais de forma formal e substancial, além do direito de existir na condição de *bichas, sapatões, chibungos, travestis, viados* na sociedade brasileira (BENTO, 2016), para que no país imaginado pós-ditadura, o corpo queer fosse menos alvo da supressão que insiste em invisibilizá-l@. Mas, como ilustrado no texto de Abreu (1982), a resistência é capaz de fazer uso do próprio mecanismo de controle para resistir.

REFERÊNCIAS

ABREU, Caio Fernando. “Sargento Garcia.” In: *Morangos Mofados*. Agir, Rio de Janeiro 1982.

ALTMAN, Dennis. *Coming Out in the Seventies*. Alison Publications, Inc., Boston, 1981.

BENTO, Berenice. “Queer o quê? Ativismo e estudos transviados”. In: CULT: Edição especial número 06 de dezembro de 2016, ano 19. *Queer: cultura e subversões das identidades* p.20-25, 2016.

BUTLER, Judith. “Critically Queer.” In: *The Routledge Queer Studies Reader*.

Routledge, NY, 2012.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/torturas-em-instalacoes-militares/2-uncategorised/626-tortura-em-instalacoes-militaress.html> - 2014. Acessado em 05 de maio 2017.

COVINO, Deborah Caslav. "Abjection." In: *Amending the abject body: aesthetic makeovers in medicine and culture*. State University of New York Press, Albany, 2004.

FIGARI, Carlos. *@s outr@s cariocas*. Editora UFMG, Belo Horizonte e IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Traduzido do francês por Alan Sheridan. Vintage Books. NY. 1977.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza as Costa Albuquerque e J.A Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRYE, Marilyn. *The politics of reality: essays in feminist theory*. The Crossing Press, New York, 1988.

GREEN, James N. *Beyond Carnival: Male Homosexuality in Twentieth Century Brazil*. The University of Chicago Press, Chicago, 1999.

JUSBRASIL. "Lei criminalizou qualquer ato sexual com menores de 14 anos." Disponível em: <https://tj-ms.jusbrasil.com.br/noticias/1875836/lei-criminalizou-qualquer-ato-sexual-com-menores-de-14-anos>, 2009. Acessado em 07 de maio de 2017.

MANNING, Jimmie. "Because the Personal is Political — Politics and the Unpacking of (Queer) Relationships." In: *Queer Identities/Political Realities*, ed. Bruce Dreshels and Katherine German, 1-8, Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

PERLONGHER, Nestor O.. O negócio do michê. Prostituição viril em São Paulo. SP. Ed.Brasiliense, 1987.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. “Lei do Serviço Militar – Lei de No 4.375 de 17 de agosto de 1964”, Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4375.htm - Acessado em 18 de maio de 2017.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *English Men: English Literature and Male Homosocial Desire*. New York. Columbia University Press, 1985.

_____. “Queer and Now.” In: *The Routledge Queer Studies Reader*. Routledge, NY. 2012.

QUINALHA, Renan. “A questão LGBT no trabalho da memória e justiça após a ditadura brasileira”. In: Green, James N. and Quinalha, Renan. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. Edufscar, São Paulo, 2015.

TREVISAN, João Silvério. *Seis balas num buraco só*. Rocco, Rio de Janeiro. 1996.

_____. *Devassos no paraíso*. Rocco, Rio de Janeiro. 1986.

_____. “Homocultura e Política Homossexual no Brasil: Do Passado ao Por-vir.” In Costa, Horacio. *Retratos do Brasil Homossexual – fronteiras, subjetividades e desejos*. Edusp, São Paulo, p. 49-59. 2010.

Recebido em 31/08/2018.

Aceito em 06/10/2018.